

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E INTERLOCUÇÃO COM A TEORIA MARXISTA

ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF BRAZILIAN SOCIAL WORK AND ITS INTERLOCUTION WITH MARXIST THEORY

PROYECTO ÉTICO-POLÍTICO DEL TRABAJO SOCIAL BRASILEÑO E INTERLOCUCIÓN CON LA TEORÍA MARXISTA

Priscila Semzezem¹

Neide de Almeida Lança Galvão Favaro²

RESUMO: O Serviço Social é regulamentado como profissão, possui um caráter interventivo e requer, no âmbito da atuação profissional, entre vários elementos, a análise da realidade por meio de uma opção teórica e ideopolítica. Atualmente, os parâmetros construídos coletivamente e hegemonicamente pela categoria profissional articulam-se no Projeto Ético-Político (PEP), tendo a teoria marxista como referência. Entretanto, essa construção não é isenta de disputas e limites, daí a importância de pesquisas e análises. Este estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, objetiva apresentar a interlocução do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, problematizando os caminhos de construção do PEP. Os resultados apontam que, embora a teoria marxista tenha sido subsídio importante para a construção do PEP, este é atravessado por disputas teóricas e ideopolíticas que merecem atenção, pois, a depender das opções teóricas e políticas adotadas, podem resultar em projetos profissionais limitados. Dessa forma, a interlocução com a teoria marxista constitui elemento importante para a compreensão da realidade e para a construção do projeto profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Teoria Marxista.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI), na Universidade Estadual de Maringá (Unespar), Campus Paranavaí.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus Paranavaí.

ABSTRACT: Social Work is a regulated profession with an interventionist character and requires, within the scope of professional practice, among other elements, an analysis of reality based on a theoretical and ideopolitical choice. Currently, the parameters collectively and hegemonically constructed by the professional category are articulated in the Ethical-Political Project (PEP in its Portuguese acronym), using Marxist theory as a reference. However, this construction is not free from disputes and limitations, hence the importance of research and analysis. This study, through qualitative bibliographic research, aims to present the interlocution between Brazilian Social Work and Marxist theory, problematizing the paths taken to construct the PEP. The results indicate that, although Marxist theory was an important contribution to the construction of the PEP, it is undergoing a process of theoretical and ideopolitical disputes that deserve attention, since, depending on the theoretical and political choices adopted, they may result in limited professional projects. Thus, the interlocution with Marxist theory constitutes an important element for understanding reality and for the construction of the professional project.

Keywords: Social Work. Ethical-Political Project. Marxist Theory.

RESUMEN: El Trabajo Social está regulado como profesión, posee un carácter interventivo y requiere, en el ámbito de la actuación profesional, entre varios elementos, el análisis de la realidad mediante una opción teórica e ideopolítica. Actualmente, los parámetros construidos colectiva y hegemonicamente por la categoría profesional se articulan en el Proyecto Ético-Político (PEP), teniendo la teoría marxista como referencia. Sin embargo, esta construcción no está exenta de disputas y límites, de ahí la importancia de investigaciones y análisis. Este estudio, a través de una investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa, tiene como objetivo presentar la interlocución del Trabajo Social brasileño con la teoría marxista, problematizando los caminos de construcción del PEP. Los resultados indican que, aunque la teoría marxista haya sido un importante subsidio para la construcción del PEP, este está atravesado por disputas teóricas e ideopolíticas que merecen atención, pues, dependiendo de las opciones teóricas y políticas adoptadas, pueden resultar en proyectos profesionales limitados. De esta manera, la interlocución con la teoría marxista constituye un elemento importante para la comprensión de la realidad y para la construcción del proyecto profesional.

Palabras-clave: Trabajo Social. Proyecto Ético-Político. Teoría Marxista.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro, a partir do final da década de 1970, inicia a construção de uma proposta que orientará a profissão com vistas ao enfrentamento do conservadorismo³. Para isso, aproxima-se da teoria marxista em um processo que culminou no Projeto Ético-Político

³ Primeira projeção de dever ser na profissão situado como projeto hegemônico (ou único) entre as décadas de 1930 a 1960, sendo também a primeira elaboração do conservadorismo no Serviço Social do país. Sua teleologia aponta para a construção de uma sociedade capitalista mais pretensamente humanizada, atendendo aos interesses do projeto da classe dominante, portanto, contribuindo para a manutenção da ordem social” (Cardoso PFG, 2013, p. 121).

(PEP) da profissão. Desde então o PEP tem sido defendido hegemonicamente pela categoria profissional de assistentes sociais.

Ressalta-se que os caminhos de construção do PEP foram problematizados por vários pesquisadores e estudiosos, cujas contribuições são significativas, entre eles, Netto JP (2004), Braz M (2017), Silva MOS (2009) e Abramides B (2019).

A teoria marxista, mesmo em um contexto de disputas, conforme estudos de Moljo CB e Carvalho TSP (2022), tem sido reivindicada por grande parte da categoria profissional de assistentes sociais para a análise em pesquisas. Nesse sentido, é necessária a compreensão da interlocução do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, bem como dos caminhos do PEP, para subsidiar a ação profissional.

Nos limites deste estudo, buscamos apresentar a interlocução do Serviço Social com a teoria marxista, problematizando os caminhos de construção do PEP. A exposição dos resultados está organizada em dois momentos: o primeiro aborda a trajetória da teoria marxista no Brasil e sua interlocução com o Serviço Social brasileiro; o segundo trata dos caminhos do Projeto Ético-Político e dos desafios contemporâneos da apropriação da teoria marxista no Serviço Social brasileiro.

MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, tendo o materialismo histórico como referencial teórico-metodológico. Conforme Minayo MSC (2009), a abordagem qualitativa volta-se para questões que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis, possibilitando a compreensão de significados, relações e processos sociais. O estudo mobilizou fontes clássicas sobre o tema e produções de autores que privilegiam o trato com a teoria marxiana e sua interlocução com o Serviço Social.

As produções bibliográficas foram selecionadas considerando sua pertinência teórico-conceitual ao objeto investigado e sua contribuição para a compreensão da trajetória do Serviço Social brasileiro e de sua interlocução com a teoria marxiana. Privilegiaram-se obras relacionadas ao debate sobre a teoria marxiana, a trajetória histórica do Serviço Social, o processo de Reconceitualização, a intenção de ruptura e a construção e consolidação do Projeto Ético-Político profissional. Entre as produções mobilizadas, destacam-se Netto JP (1992, 2004, 2005, 2011, 2014), Braz M (2017), Silva MOS (2009), Abramides B (2019), Favaro NALG (2017),

Yazbek MC (2009), Iamamoto MV (1993, 2008), Maranhão C (2016), Lara M (2013), Cantalice LBO (2013), Simionatto I (2009), Tavares MA (2013) e Tumolo PS (2021).

A análise foi organizada em cinco eixos: a trajetória da teoria marxista no Brasil; a interlocução do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista e seus aspectos socio-históricos e políticos; o Movimento de Reconceituação e a intenção de ruptura; a construção e a consolidação do Projeto Ético-Político; e os desafios contemporâneos relacionados à apropriação do marxismo no âmbito profissional.

O processo de análise foi orientado pelo materialismo histórico, considerando especialmente a historicidade, a totalidade e a contradição. As produções selecionadas foram articuladas aos diferentes momentos históricos e teóricos discutidos no estudo, buscando apreender as relações, determinações e contradições que atravessam a interlocução entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista e seus desdobramentos na construção e consolidação do Projeto Ético-Político, conforme a perspectiva metodológica discutida por Lima TCS e Miotto RCT (2007).

ORIGENS DA INSERÇÃO DA TEORIA MARXISTA NO BRASIL E SUA INTERLOCUÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

4

De antemão, salientamos que a inserção do marxismo no Brasil não ocorre somente no Serviço Social. Trata-se de um movimento amplo, presente em diversas áreas. A necessidade de resgate desses elementos justifica-se para compreender os limites históricos e sociais que envolveram esse processo, bem como os desafios que ainda se fazem presentes na atualidade.

A presença da teoria marxista no contexto brasileiro, de modo geral, constitui um dos aspectos do contexto histórico de meados da década de 1950. Favaro NALG (2017) destaca que a inserção dessa teoria até meados de 1950 também ocorreu, mas foi precária e esteve vinculada à elaboração teórica, política e ideológica de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Somente na segunda metade dos anos 1950 uma tradição marxista começa a ultrapassar as fronteiras do PCB e a se expandir entre pensadores e investigadores sem vinculação partidária, servindo, inclusive, como aporte para diversos matizes teóricos, com destaque para Álvaro Vieira Pinto e Florestan Fernandes (FAVARO NALG, 2017).

Esse processo permitiu identificar indícios da “[...] constituição de uma tradição marxista no Brasil” (NETTO JP, 2011, p. 109). É possível afirmar que, na década de 1950, a cultura brasileira experimentava um movimento de renovação, surgindo pautas progressistas e

democráticas, cujas expressões podiam ser identificadas na televisão, no teatro, na música e na literatura (NETTO JP, 2014).

Em meados da década de 1950, um movimento de “renovação” se fez presente, influenciando as ciências sociais e a literatura. Além disso, ele foi identificado fora do âmbito acadêmico, por meio de revistas que promoviam debates sobre a realidade brasileira (NETTO JP, 2014).

Para Netto JP (2014), esse acúmulo cultural vivenciado durante a década de 1950 terá desdobramentos no contexto brasileiro dos anos de 1960. Inicia-se então um novo capítulo na história, em consequência do golpe de 1964, dando início à ditadura no Brasil, que só teria sinais de esgotamento no ano de 1985. Netto JP (2014) destaca que os vinte anos de ditadura no Brasil foram marcados pela despolitização, pelo medo e pela repressão da população. O regime recorreu à censura, à presença policial-militar e ao terrorismo de Estado, além de perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar diferentes segmentos da sociedade que se posicionavam em defesa da democracia. Ao mesmo tempo, esse período também foi marcado pela resistência de trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais, religiosos, militares e outros setores sociais.

Diante disso, o movimento de renovação ganha novos contornos. Embora a conjuntura se colocasse de forma desfavorável, no primeiro momento da ditadura de 1964, contraditoriamente, a renovação ganhou mais força e significado, como forma de resistência. “O acúmulo crítico que as tendências democráticas e progressistas realizavam desde finais dos anos cinquenta viu-se potenciado com a situação criada nos imediatos desdobramentos do golpe” (NETTO JP, 2011, p. 76).

Para o autor supracitado, o panorama cultural entre 1964 e 1968 ganhou peso com as correntes críticas, democráticas, progressistas e, inclusive, de matizes intelectuais extraídas da tradição marxista. Trata-se de uma das mais ricas conjunturas culturais vivenciadas por esse país.

Segundo Netto JP (2011), apesar de a tradição marxista estar oficialmente interdita durante a ditadura, o período foi marcado pela tradução e publicação de importantes autores vinculados a essa tradição, como Lukács, Gramsci, Lefebvre, Schaff, Goldmann e Althusser, além de pensadores a ela relacionados, como Marcuse. Nesse contexto, também teve início a publicação da primeira tradução integral de *O Capital* para o português.

Dessa forma, mesmo com o início da ditadura, a resistência se fez presente. Entretanto, no ano de 1968, ela foi cerceada diretamente, através da instauração do *terrorismo cultural*

sistêmico (NETTO JP, 2011). Sem dúvida, ele foi responsável por destruir o bloco cultural contestador até então presente, já que editoras foram fechadas, houve o exílio de artistas e intelectuais, perseguição a professores das universidades, entre outros procedimentos instaurados à força.

Destaca-se que, com a ditadura civil-militar, os segmentos culturais que até então se faziam presentes distanciaram-se do movimento político e social da classe trabalhadora. Favaro NALG (2017, p. 113) destaca que esse processo deixou consequências, “[...] especialmente no campo da teoria, que debilitada em sua referência à sociedade, perdeu sua concretude, esgotou-se em si mesma e assumiu gradativamente uma matriz irracionalista”.

Esse movimento deu origem a uma nova corrente, marcada pelo estruturalismo, que adentrou os vários setores sem resistências, pois o debate estava proibido. Segundo Netto JP (2011), o resultado foi o surgimento, inclusive, de uma função desideologizante, que contribuiu para neutralizar os vetores críticos.

Já a apropriação da teoria marxista se fez presente, com tensionamentos expressivos, já que se contrapunha à ordem vigente. Diante desse contexto, a tradição marxista foi se reconfigurando, favorecendo formas problemáticas de apropriação. Segundo Netto JP (2011), esse processo contribuiu para a expansão de um “marxismo acadêmico”, marcado por uma cultura de esquerda distanciada das questões políticas e sociais mais concretas, ao mesmo tempo em que determinadas leituras de Marx, apresentadas sob uma perspectiva pretensamente científica, contribuíram para tornar seu pensamento mais aceitável a diferentes correntes e públicos.

Nesse contexto também, conforme explica Favaro NALG (2017), vários setores foram afetados, dentre eles o sistema educacional e a produção acadêmica. A universidade se transformou, de certo modo, em uma “[...] instituição formal-burocrática, esvaziada de problematizações e críticas societárias” (FAVARO NALG, 2017, p. 114).

Em meio a esse movimento histórico, a necessidade de enfrentamento era urgente. Portanto, ocorreu a deflagração de um movimento contestador e de resistência, com características distintas. Ele não se deu em um sentido único, envolvendo matizes diferenciadas: social-democráticas, utópico-românticas, entre outras (FAVARO NALG, 2017). A autora destaca então a presença do pensamento de matiz democrática radical, questionador das sequelas da ditadura e de recusa à ordem burguesa.

Ainda na acepção de Favaro NALG (2017), dois pontos são relevantes para compreender o legado da ditadura. O primeiro refere-se ao surgimento de um novo irracionalismo, associado a uma perspectiva revolucionária que recuperava posições antielitistas, antiautoritárias e anticolonialistas. Nessa perspectiva, a razão passou a ser compreendida como instrumento de dominação e expressão do poder burguês, enquanto a crítica à razão teórica se relacionava também às fragilidades da formação das novas gerações. O segundo elemento correspondeu à ampliação da postura crítica em direção a um posicionamento radical e revolucionário, que tinha como alvo prioritário a tradição marxista anterior a 1964.

Ao realizarmos essa digressão dos caminhos que a cultura brasileira trilhou desde a década de 1950, perpassando a década de 1960 e o contexto de ditadura vivenciado no Brasil, foi possível identificar que, em meio a condições desafiadoras, ocorreu a inserção da teoria marxista, que assumiu distintas configurações.

Como já visto, a ditadura interrompeu a continuidade do processo de sua apropriação, mas a teoria marxista não foi liquidada em sua totalidade. Compreende-se que, em meio às restrições impostas, limites foram criados. Netto JP (2011) destaca, por exemplo, a utilização das citações de Marx em fórmulas rituais. O resultado foi um voluntarismo ingênuo e um pensamento intelectual simplificado, que prejudicaram a apropriação teórica do período. Nesse sentido, em alguns setores progressistas da esquerda, “[...] generalizou-se uma cultura marxista de pacotilha, no seio da qual a petição voluntarista e praticista gestou um simplismo intelectual que se mostra inteiramente vulnerável a qualquer antagonista medianamente informado” (NETTO JP, 2011, p. 110).

Os desdobramentos impostos pela ditadura sobre a teoria marxista levaram, assim, à presença do marxismo acadêmico, o que inclusive propiciou a entrada da moralização e do oportunismo nas discussões teóricas. Podem-se destacar como consequências desse período, conforme Favaro NALG (2017), a substituição das formulações originais por interpretações de divulgadores e comentadores; o oportunismo teórico, decorrente da escolha das fontes conforme as circunstâncias, e não em função das exigências da reflexão; e a análise do passado desconsiderando seus condicionantes históricos, sociais e políticos. Esse processo contribuiu para a produção de avaliações marcadas por juízos de caráter moralista.

Como se constata, a inserção da teoria marxista no contexto brasileiro ocorreu com desafios, especialmente aqueles impostos pelo contexto da ditadura. Devido às características

da própria conjuntura histórica e social, ela não ficou isenta de consequências e problemas futuros em seu processo de assimilação.

Nesse sentido, compreender esses elementos permite avançar nos estudos, situando, inclusive, que os possíveis equívocos identificados na atualidade em relação a essa teoria não decorrem necessariamente de uma opção dos pesquisadores, mas sim do próprio processo de sua construção no Brasil, marcado e tensionado pelos limites conjunturais.

Tratar da interlocução do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista requer o resgate de alguns elementos de sua construção histórica, teórica e metodológica. Lara R (2013) destaca que seu percurso teórico esteve relacionado às determinações históricas do país, bem como à necessidade de oferecer respostas que se aproximassem da realidade social brasileira. Nesse sentido, a profissão recebeu influências teórico-ideológicas que vão desde a doutrina social da Igreja Católica e as perspectivas funcionalistas e fenomenológicas, passando também pelo vulgarismo teórico, até as fontes clássicas do pensamento marxiano.

Para Netto JP (2011), até a primeira década de 1960 havia uma homogeneidade ideopolítica em relação às projeções interventivas do Serviço Social e uma unidade em suas propostas profissionais. Cardoso PFG (2013, p. 122), por sua vez, considera que, desde o surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil até 1960, o único projeto em vigência foi o conservador, com influências cristãs e positivistas, que “[...] Politicamente, expressa sua vinculação ao projeto societário capitalista e ao pensamento conservador”.

É preciso considerar que o Serviço Social não ficou imune às mudanças ocorridas durante as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Netto JP (2011) chama a atenção para o fato de que a profissão passou por um processo de renovação tanto em termos de atuação na prática profissional quanto no âmbito institucional, o que teve peso maior do que o próprio acúmulo teórico do período.

Segundo Netto JP (2011), as transformações ocorridas nesse período repercutiram em diferentes dimensões do Serviço Social. Alteraram-se as demandas práticas dirigidas à profissão e sua inserção nas estruturas organizacionais e institucionais, modificando também as condições de seu exercício profissional. A formação dos quadros técnicos e os padrões de organização da categoria profissional foram igualmente redimensionados, enquanto seus referenciais teórico-culturais e ideológicos passaram por mudanças significativas, acompanhadas de alterações nas formas de autorrepresentação profissional.

A profissão passou por diversas mudanças nesse período, entre as quais se destaca a inserção da teoria marxista em seus fundamentos teóricos. O marco das alterações é situado a

partir da década de 1960, não só no Brasil, mas na América Latina, através do denominado *Movimento de Reconceitualização*: “É no marco da reconceitualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista” (NETTO JP, 2011, p. 148).

Esse processo também foi marcado por uma diversidade de apropriações, acompanhada de debilidades teóricas que contribuíram para a produção de inconsistências e para o ecletismo. Netto JP (2011) observa que a aproximação dos reconceitualizadores com a tradição marxista ocorreu de forma problemática. Em geral, em vez de recorrer diretamente às fontes originais, foram utilizados manuais de divulgação de qualidade questionável e interpretações marcadas por deformações de caráter neopositivista. Além disso, a incorporação de diferentes perspectivas teóricas de forma eclética acabou por diluir as especificidades do pensamento marxiano e produzir equívocos teórico-metodológicos, entre eles a aproximação indevida entre a tradição marxista e as propostas de Paulo Freire.

É possível constatar que o Movimento de Reconceitualização foi marcado, em sua trajetória, pelas condições políticas decorrentes das ditaduras que ocorreram naquele momento histórico na América Latina e no Brasil, as quais afetaram a apropriação da teoria marxista. Diante desse cenário, o avanço do Movimento de Reconceitualização foi limitado.

Foi em meio a esse contexto que o Serviço Social ganhou novos espaços, inserindo-se nos quadros universitários e ampliando e desenvolvendo sua trajetória na pesquisa. Conforme explica Iamamoto MV (1993), o período da ditadura no país também constituiu um contexto de inserção do Serviço Social brasileiro nos quadros universitários. A formação profissional passou a incorporar, nesse período, novas exigências relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão. Entre os avanços decorrentes desse processo, Netto JP (2005) destaca também a interlocução crítica com as Ciências Sociais, inclusive com a tradição marxista. Esse processo abriu novos caminhos para a pós-graduação e para a produção de acervo documental e bibliográfico.

Para Maranhão C (2016), a inserção do Serviço Social brasileiro no espaço acadêmico permitiu sua interlocução com as Ciências Humanas, favorecendo o contato com a teoria marxista, embora essa aproximação tenha ocorrido de forma enviesada. Yazbek MC (2009) também ressalta que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorreu de forma problemática, marcada tanto por abordagens reducionistas dos chamados marxismos de manual quanto pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico de orientação

estruturalista presentes no marxismo althusseriano. Segundo a autora, a leitura de Marx realizada por Louis Althusser exerceu influência sobre a proposta marxista do Serviço Social nas décadas de 1960 e 1970, particularmente sobre o Método de Belo Horizonte.

Nessa perspectiva, Netto JP (2005) aponta que o processo de apropriação da tradição marxista foi acompanhado por um certo confusionismo ideológico, decorrente da tentativa de articular diferentes correntes e experiências da esquerda latino-americana. Esse movimento resultou em uma composição eclética de referências vinculadas à esquerda cristã e às novas gerações revolucionárias, reunindo, de maneira pouco sistemática, autores e perspectivas como as de Camilo Torres, Che Guevara, Paulo Freire, Louis Althusser e Mao Tse-Tung.

Sendo assim, com o processo de redemocratização e o fim das ditaduras que marcaram a América Latina, um segundo momento de apropriação da teoria marxista pelo Serviço Social brasileiro se consolidou a partir da década de 1980. Conforme explica Netto JP (2005, p. 17): “[...] nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir do espírito próprio da Reconceituação”.

Para o autor, esse processo, no âmbito do movimento de renovação do Serviço Social, foi marcado pela vinculação à tradição marxista, que “[...] pela primeira vez inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa. Explícita ou discretamente, o projeto de ruptura remete à tradição marxista” (NETTO JP, 2011, p. 268).

Constituiu-se, assim, uma intenção de ruptura, desenvolvida em três momentos: a emersão, a consolidação acadêmica e o seu espraiamento sobre a categoria profissional. A emersão ocorreu em Belo Horizonte (BH), conforme descreve Netto JP (2011), e teve início com a elaboração do *Método de BH*, especialmente entre os anos de 1972 e 1975, em um contexto de esgotamento da ditadura civil-militar. Esse processo foi desenvolvido por um grupo de jovens sob a direção intelectual de Leila Lima dos Santos e Ana Maria Quiroga.

Segundo Netto JP (2011, p. 268), o projeto apresenta estreitas articulações com a militância política: “[...] eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional. Nesse momento, o projeto se aproxima da tradição marxista via militância política”. Essa aproximação ocorre por meio das relações político-partidárias estabelecidas por aqueles sujeitos profissionais. O autor identifica, nesse processo, certos vícios, tais como a instrumentalização da teoria para legitimar estratégias e táticas e a ausência de reflexão teórica sistemática.

Esse processo foi interrompido em 1975, mas, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, houve a retomada da intenção de ruptura que havia se configurado em Belo Horizonte. Segundo Netto JP (2011, p. 266), essa retomada ocorreu sob novas bases, estritamente acadêmicas, possibilitando a formação de novos quadros críticos e demarcando a segunda fase.

O segundo momento corresponde à consolidação acadêmica do projeto de ruptura, favorecida pelo acúmulo teórico e pela constituição de uma nova massa crítica. Esse processo proporcionou à perspectiva da intenção de ruptura uma reserva de forças que possibilitou sua passagem para o terceiro momento, caracterizado pelo seu espriamento para o conjunto da categoria profissional.

Ainda no que se refere ao segundo momento, saliente-se que ele ocorreu pelo prolongamento do *marxismo acadêmico*⁴, que foi atravessado por algumas mudanças, dentre elas a busca pelas fontes primárias, conforme descreve Netto JP (2011, p. 269): “[...] a elaboração passa a socorrer-se da análise das fontes originais, como recurso a ‘clássicos’ que à diferença do marxismo estruturalizado, contemplam a historicidade”.

No terceiro momento, como desdobramento dos processos anteriores, a tradição marxista foi mobilizada para a análise da realidade profissional contemporânea (NETTO JP, 2014). Esse processo também não ficou imune a problemas, entre eles o ecletismo. O autor resalta a importância da perspectiva da intenção de ruptura na trajetória teórico-metodológica e política da profissão, pois ela inaugurou uma alternativa ao tradicionalismo. Essa perspectiva possui grande relevância, embora isso não a isente de fragilidades decorrentes das formas anteriores de apropriação da teoria.

Netto JP (2011) considera que a relevância do projeto está relacionada à coerência e ao rigor empregados em sua construção. Ao mesmo tempo, suas fragilidades decorrem dos limites e problemas presentes na apropriação inicial de seu fundamento teórico-metodológico, vinculado à vertente da tradição marxista que lhe serviu de referência.

O autor também destaca que a ultrapassagem da crítica belo-horizontina no Serviço Social brasileiro implicava, no plano teórico-metodológico, uma inflexão na apropriação do legado marxiano (NETTO JP, 2011).

Para Yazbek (2009), a teoria marxista tornou-se hegemônica nos quadros da profissão a partir da década de 1980, consolidando-se no início da década de 1990. No âmbito da produção

⁴ Como já demonstrado no item anterior, o “marxismo acadêmico” está entre os limites conjunturais apontados por Netto (2011) para a inserção da teoria marxista no Brasil.

de conhecimento, Gramsci aparece como uma das referências fundamentais. Nesse processo, o Serviço Social ampliou sua interlocução com a tradição marxista, incorporando contribuições de autores como Antonio Gramsci, especialmente em relação às discussões sobre Estado, sociedade civil, ideologia, hegemonia, subjetividade e cultura das classes subalternas. Também passaram a integrar esse movimento as contribuições de Agnes Heller, sobre o cotidiano; Georg Lukács, acerca da ontologia do ser social fundada no trabalho; E. P. Thompson, com sua abordagem das experiências humanas; e Eric Hobsbawm, por sua produção como historiador marxista (YAZBEK MC, 2009).

A autora destaca que esse movimento se tornou plural, abarcando as diversas tendências presentes na profissão. Embora marcado pela diversidade, conforme aponta Yazbek MC (2009), ele resguardou a hegemonia marxista, que, na atualidade, vem sendo tensionada.

A exposição procurou traçar a interlocução do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, considerando seu desenvolvimento no contexto histórico do país e os condicionantes impostos pela ditadura. Nesse movimento, é preciso destacar a presença da contradição e dos diversos elementos que o tensionaram, produzindo resultados importantes para a profissão. Isso significa que valiosas contribuições foram alcançadas, o que não as isenta dos problemas e das fragilidades que as permearam, exigindo a apreensão de resquícios e influências que ainda se fazem presentes na atualidade.

Além desses elementos que demarcam a apropriação dessa teoria, outras questões desafiam a interlocução do Serviço Social brasileiro com o marxismo, com implicações na construção do PEP. Entre elas, destacam-se as disputas teóricas e ideológicas, que serão tratadas no próximo item.

CAMINHOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E DESAFIOS DA APROPRIAÇÃO DO MARXISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Tratar dos desafios da apropriação da teoria marxista na atualidade e dos caminhos do PEP do Serviço Social brasileiro requer abordar um ponto nevrálgico permeado de disputas, conflitos e limites. Trata-se de um debate complexo, mas necessário. Por isso, é preciso concordar que “A tarefa é hercúlea, só pode ser levada a cabo coletivamente e implica transcender o mesquinho possibilismo que, nos dias correntes, parece paramentar as práticas profissionais” (BRAZ M, 2017, p. 329).

Saliente-se que Netto JP (2004), Braz M (2017), Silva MOS (2009) e Abramides B (2019) realizaram análises críticas e detalhadas, destacando limites e caminhos do PEP. Considera-se essa retomada de extrema importância, dado o cenário de regressão social e política que já acometia o Serviço Social por ocasião das comemorações de seus 80 anos, conforme destacado a seguir.

Iasi ML (2017) ressalta que o Serviço Social está inserido nas contradições e transformações da sociedade, não podendo permanecer alheio aos seus efeitos sobre o campo profissional. Nesse contexto, destaca-se a possibilidade de avanço do conservadorismo, de desmonte das políticas públicas e sociais, de regressão de direitos, de recrudescimento do obscurantismo nos costumes e valores e de redução dos espaços democráticos, configurando um cenário adverso para as lutas de resistência.

É possível afirmar que, desde o projeto de ruptura, a profissão se constituiu como um espaço de disputas teóricas e ideológicas e que esse projeto não significou a eliminação do conservadorismo. Sua construção teve como base indispensável a contribuição da teoria marxista. Segundo Silva MOS (2009), o Projeto Profissional de Ruptura buscou superar o antagonismo que marcou historicamente a relação do Serviço Social com o marxismo, aproximando organicamente a profissão dessa tradição teórica para construir um projeto profissional orientado por outro sentido político, vinculado à perspectiva histórica de transformação social e fundamentado em novas bases analíticas.

13

Para a autora supracitada, entre os desafios para a construção de um projeto de ruptura com o conservadorismo esteve a necessidade de demarcar as fronteiras entre a prática profissional e a militância político-partidária. Silva MOS (2009) ressalta que essas atividades são distintas, embora possam se articular em determinados momentos da ação popular. Enquanto a militância política se desenvolve no âmbito das instâncias organizativas da sociedade, como sindicatos, associações, partidos e movimentos, situando-se na esfera da cidadania, a prática profissional se realiza no âmbito da atuação própria da profissão. Nesse sentido, o caráter político do Serviço Social manifesta-se por meio da função educativa assumida pela prática profissional nas relações sociais, podendo contribuir para inibir ou estimular a luta política das classes.

Por outro lado, no processo de ruptura e de aproximação da categoria profissional ao marxismo, há um ponto específico a ser ressaltado, ainda não abordado nesse estudo, mas significativo para sua compreensão: o vínculo de setores marxistas com o Partido dos

Trabalhadores (PT). Abramides B (2019) caracteriza a existência de uma unidade de marxistas em torno do PT, embora, segundo a autora, esse partido nunca tenha se constituído como marxista. Por ter surgido como fruto de lutas sociais, o PT reuniu diferentes setores marxistas que atuaram em seu processo de construção, contribuindo para a constituição de uma identidade de partido de esquerda. Apesar disso, o PT se caracteriza como um partido de viés social-democrata.

Os acontecimentos e as escolhas relacionadas à construção do PEP não estão separados do contexto mais amplo; ao contrário, diferentes questões se articulam e se sobrepõem nesse processo. É justamente no contexto de construção do PEP que se identifica o alinhamento de setores da profissão ao projeto democrático-popular, defendido pelo PT, sendo que resquícios desse momento se fazem presentes na atualidade.

Já no Congresso da Virada (1979), lideranças proeminentes da categoria profissional convergiram politicamente com Lula, sendo que a “[...] *atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que embeberam segmentos profissionais sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável*” (NETTO JP, 2004, p. 22, grifo do autor).

O fato é que, ao final da década de 1970, o PT se apresentava como uma nova esquerda, capitaneado pela ideia de ocupar espaços. Abramides B (2019) retrata que, nos anos 1990, não apenas a categoria profissional de assistentes sociais, mas também outras categorias e movimentos sociais, se direcionaram para o campo dos Conselhos Gestores e dos Conselhos de Direitos, assumindo a participação no Estado por meio da democracia representativa. Trata-se de uma concepção politicista, que acaba por contrariar o marco teórico assumido pela profissão. Nesse contexto, profissionais da vanguarda se alinharam ao projeto democrático-popular construído e defendido pelo PT.

O PT chegou ao governo federal em 2003 e, em 2004, Netto JP (2004) escreveu um artigo provocando a categoria profissional a refletir sobre essa guinada do partido e sobre os caminhos da categoria profissional em relação à construção do PEP. O autor questionou, fundamentalmente, a autonomia e a independência teórica e ideopolítica da categoria. Nesse contexto, Netto JP (2004) problematiza a posição das vanguardas profissionais que haviam participado da construção da hegemonia do projeto ético-político e que também mantinham vínculos de militância com o Partido dos Trabalhadores. Sua reflexão volta-se para a necessidade de analisar como esses segmentos se posicionariam diante de uma prática governamental do PT que entrasse em conflito com a orientação política estabelecida no projeto

profissional, especialmente considerando a distinção entre a atuação partidária e a programática do projeto ético-político.

Ressalta-se o resultado do período dos governos Lula e Dilma, analisado por vários autores, entre eles Abramides B (2019), que identificam uma contradição do PT com a sua própria trajetória histórica, configurando-o, de fato, como um partido da ordem do capital e apontando o aprofundamento do modelo neoliberal em favorecimento aos interesses do capital. Dessa forma, reitera-se a importância do posicionamento da categoria profissional pela manutenção de sua autonomia e independência, em defesa da construção do PEP.

A autonomia e independência são defendidas por parte da categoria profissional, mas, como já explicitado, trata-se de um processo de disputa. Todo esse caminho construído abre lacunas e contradições em seu movimento real, inclusive no que se refere à fundamentação teórico-política da categoria profissional, ancorada na teoria marxista.

Tavares MA (2013) considera que o Serviço Social reúne um número expressivo de profissionais sensibilizados e indignados diante das desigualdades sociais, mas essa característica não significa que todos sejam marxistas. Para a autora, embora a formação profissional tenha avançado significativamente, ainda persistem limites quanto à apropriação dos recursos intelectuais necessários para transformar essa indignação em uma compreensão totalizante da realidade. Nesse sentido, a diversidade de apropriações do marxismo presente na profissão também dificulta a constituição de uma oposição unificada ao capitalismo.

Chama-se a atenção para o fato de que uma das grandes contradições está em compreender que, nos “marxismos”, cabem todas as análises, especialmente quando se trata de desconsiderar a relação teórico-política que perpassa as bases materiais.

Um ponto em destaque, portanto, é compreender que não há como realizar uma cisão entre os aspectos teóricos e políticos, pois, tal como explica Tumolo PS (2021, p. 81), a teoria implica necessariamente uma posição política. Assim, esta discussão não problematiza apenas a teoria, afinal, a escolha do método de pesquisa está relacionada tanto a razões de ordem teórico-epistemológica quanto a uma determinada posição política. Nessa perspectiva, para aqueles que se reivindicam marxistas e buscam apreender a natureza histórica do ser humano constituído na sociabilidade capitalista, o método de Marx se apresenta como uma escolha necessária, vinculada a uma perspectiva radicalmente anticapitalista e revolucionária.

Entender o campo de disputas teóricas, seus limites e os impactos desse processo para a construção do PEP é de extrema importância. Diversas implicações do contexto atual tensionam ainda mais o PEP, pois se verificam amplas *vias* abertas no campo teórico.

Apesar de o contexto revelar um palco de disputas, o marxismo se faz presente de forma significativa, pois, conforme destaca Lara R (2013), é possível identificar, na atualidade, que o Serviço Social recorre ao marxismo para o desenvolvimento de análises para as mais diversas temáticas, bem como que essa tradição está presente nas dimensões que envolvem a formação profissional.

Ao mesmo tempo, o marxismo não ocupa um patamar de unanimidade no interior da profissão. Conforme destaca Maranhão C (2016, p. 166), o marxismo convive com o fortalecimento da lógica do “saber-prático”, que tende a valorizar o conhecimento instrumental e empirista como aquele capaz de produzir respostas mais imediatas às demandas da prática profissional cotidiana. Esse movimento ocorre em detrimento das operações teóricas voltadas à superação da aparência imediata dos fenômenos e à apreensão das complexas determinações que constituem a totalidade das relações sociais (Maranhão C, 2016).

Para elucidar esse processo, podemos apresentar alguns aspectos, entre eles, os tensionamentos vivenciados no campo das Ciências Sociais e que se refletem no Serviço Social brasileiro, já que esse campo também vem fornecendo aportes teórico-metodológicos para a profissão.

16

Em específico, na década de 1990, as influências teóricas da profissão se confrontam com a chamada *crise* dos modelos analíticos e explicativos das Ciências Sociais – positivismo e marxismo –, intitulada de *crise dos paradigmas*. Segundo Netto JP (1992, p. 14): “Não se trataria apenas do questionamento dos padrões positivistas. Tratar-se-ia do questionamento destes e daqueles pertinentes à tradição oriunda de Marx – vale dizer, dos referenciais teóricos que se ligam, diversamente, à modernidade”.

Uma das perspectivas que se sobressai no debate em relação à *crise de paradigmas* é aquela que critica o fracasso do projeto da modernidade (NETTO JP, 2011). Os pós-modernos afirmam, justamente, o esgotamento da modernidade, postulando, de forma velada, a vitória e a eternidade do capital. Segundo Foster JB (1999), essa perspectiva parte da compreensão de que a história teria chegado ao fim e de que a sociedade contemporânea viveria uma espécie de condição pós-histórica, marcada pela permanência de um presente sem desdobramentos históricos. Embora não apresentem explicitamente o capitalismo como etapa final e triunfante

da história, os pós-modernos questionam as chamadas grandes narrativas, inclusive aquelas associadas às ideias de progresso e emancipação.

Destaca-se, assim, a negação da totalidade e de todas as narrativas, inclusive da própria história, como forma de combater a crítica marxista e compreender a sociedade por meio de um processo de fragmentação (FOSTER JB, 1999). Ao negar a concepção marxista e a perspectiva de emancipação humana, os pós-modernos enfatizam a *diferença*, particularizando as lutas e tratando as questões por intermédio das: “[...] identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade, suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas” (WOOD EM, 1996, p. 12).

Esse debate, segundo Yazbek MC (2009), influencia diretamente a pesquisa, a produção de conhecimento, as explicações sobre a realidade e a definição de caminhos para a ação e a produção do conhecimento. Moraes MCM (2004, p. 343) explica seus desdobramentos, alertando que a *agenda pós-moderna* “[...] tornou descartáveis o conhecimento objetivo, a apreensão do real, a verdade, a racionalidade”.

Moraes MCM (2004) também tece considerações sobre a pós-modernidade a partir da análise do neopragmatismo rortyano, no qual a compreensão da ciência em uma perspectiva objetiva e real é descartada. As teorias são tidas, assim, como produtos da linguagem ou de uma prática científica socializada, de modo que o que entra em questão, por esse viés, é a própria racionalidade da ciência. Além disso, a agenda pós-moderna propõe a substituição das questões teóricas por questões práticas.

Em relação ao Serviço Social, com o avanço da pós-modernidade o conservadorismo se renova, seja de maneira mais organizada ou não, de forma isolada ou não, tanto no campo da produção do conhecimento quanto na gestão social e no trabalho profissional (SILVA JFS, 2015).

Simionatto I (2009) destaca que esse processo, inspirado nas tendências pós-modernas, configura também a ação profissional, amparada por conhecimentos e técnicas que não permitem ultrapassar a aparência dos fenômenos.

Na superfície, o pós-modernismo supostamente possuiria uma radicalidade crítica sobre o capitalismo. Por isso, é preciso estar atento, pois, conforme explica Foster JB (1999, p. 205): “A ironia do pós-modernismo é que enquanto alega ter transcendido a modernidade, abandona desde o início toda esperança de transcender o capitalismo em si e de ingressar em uma era pós-capitalista”.

Apesar de todo o esforço teórico-metodológico e político construído a partir de um legado iniciado na década de 1960 no Serviço Social brasileiro, tendo como um de seus aportes a teoria marxista, o adensamento das inflexões pós-modernas coloca em tensão a direção estratégica da profissão e pode repercutir sobre o PEP construído (CANTALICE LBO, 2013).

Em contraposição à posição pós-moderna, os argumentos de Braz M (2017) destacam elementos relevantes acerca da relação do Serviço Social com o marxismo. Para o autor, o uso dessa teoria deveria se aprofundar e se acentuar, já que oferece elementos para compreender o significado social da profissão, subsidiando a intervenção socioprofissional e dinamizando a elaboração teórica dos assistentes sociais. Além disso, trata-se de uma via de mão dupla, pois a tradição marxista também pode receber dos assistentes sociais contribuições, inclusive por meio de suas elaborações e construções teóricas.

Constata-se, enfim, que a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista revela questões pertinentes a serem consideradas. Primeiro, sem a permanência da tradição marxista, o Serviço Social tende a se empobrecer. Em segundo lugar, sem a prática dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos importantes da vida social; ou seja, o Serviço Social também oferece insumos para o seu fortalecimento. Por fim, é preciso levar em consideração que essa interlocução não constitui uma hegemonia.

18

Para Braz M (2017), não há um “Serviço Social marxista”, pois a profissão, por sua própria natureza, comporta diferentes expressões do pensamento social contemporâneo. Assim, profissionais orientados por perspectivas teóricas diversas encontram, no interior da profissão, diferentes espaços de atuação e intervenção, o que caracteriza um campo profissional plural e heterogêneo.

Tendo em vista o movimento de avanço de teorias conservadoras e pós-modernas, reafirma-se aqui o pressuposto de que, para decifrar os elementos da atualidade, exige-se “[...] recuperar a concepção de conhecimento científico que privilegia a história” (IAMAMOTO MV, 2008, p. 470).

Para isso, preconiza-se neste estudo a necessidade imprescindível de retomar os fundamentos da teoria marxiana, tendo em vista que Marx, em seu tempo histórico, apreendeu a essência da relação do capital, possibilitando que a utilização adequada de suas elaborações teóricas forneça elementos para desvelar o contexto atual. Disso depende uma profícua elaboração de resistência e luta para superar a atual ordem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o esforço do Serviço Social brasileiro em construir um projeto profissional de enfrentamento à ordem vigente, tendo como uma de suas bases os aportes da teoria marxista. Esse processo resulta de uma construção relacionada à postura teórica e política adotada ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1960, momento em que o projeto conservador da profissão, até então hegemônico, foi colocado em xeque.

Mais do que destacar a existência de um projeto de enfrentamento à ordem vigente presente na profissão, este estudo buscou contribuir para a elucidação de como esse processo vem sendo construído, considerando as mediações, contradições e disputas que atravessam sua trajetória.

A interlocução do Serviço Social brasileiro com a teoria marxiana, na atualidade, constitui um importante elemento para a construção do projeto profissional, pois esta teoria permite compreender de forma aprofundada a realidade, o que produz implicações políticas. Sobre isso, Favaro NALG (2017, p. 33) afirma que a construção de projetos de ação política da classe trabalhadora constitui uma necessidade histórica e requer a análise concreta da materialidade das relações sociais em cada conjuntura.

Ao longo da trajetória analisada, contudo, evidenciam-se desafios que tensionam essa construção, entre eles as disputas teóricas e ideopolíticas no interior da profissão, a relação entre autonomia profissional e posicionamentos político-partidários, a pluralidade de aproximações do marxismo, o fortalecimento de perspectivas pragmáticas e as inflexões pós-modernas. Tais elementos revelam que a interlocução com a tradição marxista não se constitui como um processo linear nem homogêneo, mas como um movimento permeado por contradições e disputas que incidem sobre a direção do projeto profissional.

Nesse sentido, o que ocorre, muitas vezes, é a ausência de uma leitura adequada da realidade, seja por insuficiências teóricas, seja pela adoção de outros referenciais teórico-metodológicos que desconsideram a vida material em suas determinações. Isso pode levar à construção de projetos políticos limitados, atravessados por voluntarismos e idealismos.

Dessa forma, ao tratar sobre temas referentes ao Serviço Social brasileiro, concebe-se que isso requer, necessariamente, o esforço de compreensão do universo categorial elaborado por Marx. Como ressalta Tumolo PS (2021), ele propicia reflexões críticas em relação às propostas políticas que não conduzem à revolução. Abdicar desse esforço significa, por

consequente, limitar as possibilidades revolucionárias e a construção de uma sociedade que, de fato, privilegie o ser social.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMIDES B. O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.
2. BRAZ M. José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
3. CANTALICE LBO. As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
4. CARDOSO PFG. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
5. FAVARO NALG. Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política: fundamentos e limites. Maceió: Coletivos Veredas, 2017; 669p.
6. FOSTER JB. Posfácio: em defesa da história. In: WOOD EM, FOSTER JB (Orgs.). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; 196-206.
7. IAMAMOTO MV. Ensino e Pesquisa do Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. Caderno ABESS, 1993; (6): 101-116.
8. IAMAMOTO MV. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
9. IASI ML. O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. Serviço Social & Sociedade, 2017; (128): 72-84. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.094>
10. LARA R. A pesquisa no Serviço Social e a tradição materialista-dialética. In: SILVA JFS, SANT'ANA RS, LOURENÇO EAS (Orgs.). Sociabilidade burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013; 215-233.
11. LIMA TCS, MIOTO RCT. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálisis, 2007; 10(spe): 37-45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
12. MARANHÃO C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA AE, AMARAL A (Orgs.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016; 165-205.
13. MINAYO MCS. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES SF, GOMES R, MINAYO MCS (Orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009; 9-30.

14. MOLJO CB, CARVALHO TSP. Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do serviço social brasileiro. *Temporalis*, 2022; 22(44): 189-206. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n44p189-206>
15. MORAES MCM. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. *Cadernos de Pesquisa*, 2004; 34(122): 337-357. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200004>
16. NETTO JP. A controvérsia paradigmática nas Ciências Sociais. In: ABESS. *Cadernos ABESS V: A produção do conhecimento e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992; 7-16.
17. NETTO JP. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social & Sociedade*, 2004; (79): 5-26.
18. NETTO JP. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*, 2005; (84): 05-20.
19. NETTO JP. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
20. NETTO JP. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014; 344p.
21. SILVA JFS. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. *Em Pauta*, 2015; 13(35): 99-125. <https://doi.org/10.12957/rep.2015.18624>
22. SILVA MOS. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
23. SIMIONATTO I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS, ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009; 87-106.
24. TAVARES MA. Marx, marxismos e Serviço Social. *Katálysis*, 2013; 16(1): 9-11. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100002>
25. TUMOLO PS. O método de Marx: em busca de sua apreensão. *Novos Rumos*, 2021; 58(2): 73-84. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2021.v58n2.p73-84>
26. WOOD EM. Em defesa da História: O marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista*, 1996; 3(3): 118-127. <https://doi.org/10.53000/cma.v3i3.19886>
27. YAZBEK MC. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS, ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009; 1-27.